

## **Feridos em nome de Deus: abuso espiritual e o adoecimento mental nas instituições católicas.**

Wounded in the name of God: spiritual abuse and mental illness in Catholic institutions.

Emanuela Paz da Costa  
Prof<sup>ª</sup>. Dra. Clara Paulina Coelho Carvalho  
Prof<sup>ª</sup>. Me. Carla Dornelles da Silva

### **RESUMO**

O artigo tem por objetivo analisar o modo como as instituições pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana podem favorecer o adoecimento mental de seus membros por meio do abuso espiritual, entendido como o uso da posição e da autoridade eclesial para dominar e manipular outra pessoa, utilizando a fé e a religião como instrumentos de exercício de poder. O abuso espiritual configura-se como uma forma de violência presente em diversas instituições religiosas e comunidades de vida consagrada, decorrente de um sistema abusivo consolidado e sustentado pela própria institucionalidade da Igreja, que nomeia e reconhece seus líderes, conferindo-lhes autoridade independentemente de seus atributos subjetivos. Para o desenvolvimento deste estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa, nas bases de dados científicos SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e PubMed, como também em livros e outros documentos de autores especializados na temática. As vítimas de abuso espiritual sofrem impactos profundos, com prejuízos significativos em sua saúde mental, em seus relacionamentos e em sua vida profissional, vivenciando um verdadeiro deserto afetivo. Assim, este artigo busca contribuir para a sensibilização e conscientização acerca da prática do abuso espiritual no interior da Igreja Católica Apostólica Romana.

**Palavras-chave:** Abuso espiritual; Abuso psicológico; Sofrimento psicológico; Catolicismo.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to analyze how institutions belonging to the Roman Catholic Apostolic Church can foster mental illness among their members through spiritual abuse, understood as the use of ecclesial position and authority to dominate and manipulate another person, utilizing faith and religion as instruments for the exercise of power. Spiritual abuse is configured as a form of violence present in various religious institutions and communities of consecrated life, stemming from an abusive system consolidated and sustained by the Church's own institutionality, which names and recognizes its leaders, conferring authority upon them regardless of their subjective attributes. For the development of this study, a qualitative narrative literature review was conducted across the scientific databases SciELO, PePSIC, Google Scholar, and PubMed, as well as in books and other documents by authors specialized in the subject. Victims of spiritual abuse suffer profound impacts, with significant damage to their mental health, their relationships, and their professional lives, experiencing a true emotional desert. Thus, this article seeks to contribute to raising awareness and consciousness about the practice of spiritual abuse within the Roman Catholic Apostolic Church.

**Keywords:** Spiritual abuse; Psychological abuse; Psychological suffering; Catholicism.

## 1 INTRODUÇÃO

A imposição de poder e excesso de autoridade unida a uma estrutura institucional rígida e estabelecida, tornam-se favoráveis ao abuso espiritual, que caracteriza-se pela prevalência da posição ou autoridade religiosa para dominar e manipular outra pessoa. Segundo Perissé (2024), o fenômeno do abuso espiritual, dá-se de forma sugestiva e manipulativa, impondo-se o poder e autoridade em nome de Deus, para o bem da Igreja, tornando-se difícil reconhecê-lo.

Como este enlaçamento entre estrutura institucional rígida e imposição de poder, podem favorecer o abuso espiritual e o adoecimento mental? O abuso espiritual afeta profundamente o senso de identidade, produzindo sequelas dolorosas como, pensamento obsessivo, confusão de identidade, falta de sentido de vida, ansiedade, ataque de pânico, depressão, ideação suicida, raiva, tristeza, culpa e solidão (Woditsch, 2024; Perissé, 2024). Além dos impactos mentais, pessoas vítimas de abuso espiritual podem sofrer prejuízos em seus relacionamentos e vida profissional.

Segundo o Papa Francisco (2018), os abusos sexuais de poder e de consciência, cometidos por clérigos e pessoas consagradas, são favorecidos pela cultura do clericalismo, termo associado a um “conjunto de práticas de poder, alicerçadas sobre o conceito de autoritarismo velado sobre uma autoridade” (Silveira, 2024, p.7). No clericalismo há maior ênfase na dominação e no exercício do poder, do que em gerar processos, beneficiando a perpetuação de tais abusos. Para compreender essa cultura clericalista, faz-se necessário um entendimento prévio do exercício do poder e autoridade na Igreja Católica Apostólica Romana, que constitui-se a partir do papa, cardeais, bispos, padres e diáconos.

Conforme o Catecismo da Igreja Católica (2000), a igreja apresenta-se instituída pelo próprio Jesus, que concede aos seus clérigos o poder sagrado. Os leigos, nome usado pela igreja para denominar os fiéis que não fazem parte do clero, podem consagrar-se pela “profissão dos conselhos evangélicos, de modo peculiar”, exercendo também uma certa autoridade dentro da igreja (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, n. 873).

Os conselhos evangélicos são, na sua multiplicidade, propostos a todos os discípulos de Cristo. A perfeição da caridade, a que todos os fiéis são chamados, comporta, para aqueles que livremente assumem o chamamento à vida consagrada, a obrigação de praticar a castidade no celibato por amor do Reino, a pobreza e a obediência. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, n. 915).

No interior dessa estrutura hierárquica entre o clero e os leigos, fazem parte da Igreja Católica Apostólica Romana, diversas instituições religiosas e de vida consagrada que, apoiadas nos ensinamentos e doutrina da própria igreja, têm seus líderes eclesiais ocupando uma posição de poder significativa sobre os membros, onde os mesmos os enxergam como representantes de uma entidade divina e, portanto, merecedores de respeito, medo, submissão e obediência. A alta hierarquia pode usar sua posição de poder para controlar a vida pessoal e financeira dos membros, bem como silenciar e reprimir críticas (Cernuzio, 2023, pág. 14).

Esta pesquisa, por conseguinte, objetiva compreender como tais instituições religiosas pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana podem favorecer o adoecimento mental dos seus membros, por meio do abuso espiritual. Buscou-se explicar o poder e autoridade instituída pela própria igreja aos seus clérigos, autorizando-os ao exercício da autoridade, outorgando-os confiáveis. Foram investigadas as definições do fenômeno abuso espiritual, com análise das suas

consequências, modos de prevenção e possibilidades de superação dos prejuízos causados no âmbito da saúde mental. Buscou-se favorecer a produção e a divulgação de conhecimento sobre o abuso espiritual, temática ainda pouco explorada na literatura científica. Assim, contribuir para a sensibilização sobre o assunto, ao dar voz às vítimas que, segundo o Papa Francisco (2018), foram ignoradas, emudecidas ou silenciadas.

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa, com o objetivo de reunir, analisar e discutir estudos já publicados sobre o tema proposto. Essa metodologia permite problematizar e articular diferentes fontes de informação, compreendendo e interpretando o fenômeno do abuso espiritual, elucidando os fatores institucionais e histórico-sociais que o circundam (Silva et al., 2021; Minayo, 2012; Ogassavara, 2023). A revisão de literatura pautou-se em bases de dados científicas como SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, sem o recorte de tempo específico, pois trata-se de uma temática recente nas produções científicas. Foram utilizados como referencial teórico os autores Perissé (2024); Cernuzio (2023); Lassus (2024); Zago (2024) e Fernández (2022), relacionando-os com documentos da Igreja Católica Apostólica Romana e escritos do Papa Francisco (2018) referente ao assunto.

Na primeira parte define-se o abuso espiritual como fenômeno forjado no poder institucionalizado na igreja; a segunda parte versa sobre o adoecimento mental, como consequência do abuso espiritual. Por fim, na terceira parte, debate-se sobre a possibilidade de mudança e prevenção do abuso espiritual.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 O Abuso Espiritual e o poder institucionalizado**

Compreende-se por abuso espiritual o uso da posição e autoridade eclesial para dominar e manipular outra pessoa. Segundo Woditsh (2024, p. 376), “a fé e a religião são utilizadas como instrumentos de exercício de poder prejudicial”. Utiliza-se da influência e confiabilidade que a religiosidade outorga, para controlar o pensamento e o comportamento de outra pessoa, em benefício próprio.

Por não se tratar de um fenômeno exclusivo do cristianismo, o abuso espiritual pode manifestar-se em qualquer religião ou comunidade religiosa.

Entretanto, analisá-lo no contexto da Igreja Católica Apostólica Romana permite evidenciar elementos particulares, que se articulam à sua organização doutrinária e institucional. Essa constatação corrobora a compreensão de Fernández (2022), para quem o abuso espiritual apresenta características específicas derivadas da estrutura e doutrina própria dessa tradição religiosa.

Segundo Perissé (2024), o fenômeno do abuso espiritual passou a ganhar destaque no âmbito das igrejas e comunidades cristãs a partir das décadas de 1980 e 1990, especialmente nos Estados Unidos. Contudo, esse fenômeno não se restringe ao contexto cristão, sendo igualmente identificado em outros grupos de orientação espiritual e religiosa, como os movimentos esotéricos, ocultistas e gnósticos.

Como é definido o abuso espiritual? Sendo o abuso espiritual um fenômeno complexo, sua definição apresenta-se de forma diversa. Segundo Johnson e VanVonderen (1991), o abuso espiritual é o mau trato de uma pessoa que precisa de ajuda, apoio ou maior capacitação espiritual, com o resultado de enfraquecer, minar ou diminuir o empoderamento espiritual dessa pessoa, podendo ocorrer quando um líder usa a sua posição espiritual para controlá-la ou dominá-la, ignorando seus sentimentos e opiniões, sem levar em conta o que resultará no seu estado de vida, nas suas emoções ou no seu bem-estar espiritual.

Em concordância com Johnson e VanVonderen (1991), que pautam o abuso espiritual no controle e na dominação, Blue (2000) amplia essa compreensão ao definir o fenômeno como o uso da autoridade espiritual para coagir, controlar ou explorar o indivíduo. Tal prática pode provocar feridas de ordem espiritual, afetando profundamente a experiência de fé e, em alguns casos, levando-o ao afastamento total da religiosidade.

Expandindo a compreensão do fenômeno, Linn (1994), define o abuso espiritual como negação da liberdade espiritual por parte dos líderes religiosos em relação aos seus liderados, que afirmam existir um único caminho legítimo para Deus. Evidencia-se aqui a perda da autonomia e da capacidade crítica dos liderados para analisarem as diversas expressões de fé e escolherem livremente aquelas que mais se identificam. Além disso, observa-se a imposição de uma falsa necessidade de pertencimento exclusivo ao grupo religioso de origem.

Segundo Murilo (2020), o abuso espiritual configura-se como uma forma de abuso de poder, caracterizado pelo uso perverso da assimetria própria do poder espiritual. O problema central não reside no exercício do poder em si, mas em seu uso distorcido e ilegítimo, que afeta profundamente a dimensão religiosa do ser humano. O agressor atua em nome de um princípio considerado absoluto, Deus e a religiosidade, que são mobilizados como justificativa para exercer pressão sobre a consciência da pessoa, manipulando-a e constrangendo-a sob o pretexto de autoridade espiritual.

Tendo o abuso espiritual características de controle, manipulação e mau uso do poder, pode-se considerar este fenômeno como uma forma de abuso emocional e psicológico? De acordo com Woditsch (2024), o abuso espiritual é uma forma de abuso emocional, na qual a fé é utilizada para submeter uma pessoa através do medo, manipulação, opressão, exploração e/ ou humilhação, com o objetivo de satisfazer necessidades pessoais e/ou explorar benefícios para um grupo ou uma instituição. Considera-se semelhanças entre abuso espiritual e abuso emocional, por características violentas comportamentais não físicas destinada ao controle e subjugação da pessoa.

Sobre a relação entre abuso espiritual e abuso emocional, pode-se afirmar que:

O abuso espiritual é uma forma de abuso emocional e psicológico, caracterizado por um padrão sistemático de comportamento coercitivo e controlador num contexto religioso, impactando profundamente aqueles que o vivenciam. Este abuso pode incluir manipulação e exploração, responsabilização forçada, censura na tomada de decisões, exigências de sigilo e silêncio, coerção para se conformar, controle através do uso de textos sagrados ou ensino, exigência de obediência ao agressor, a sugestão de que o agressor tem uma posição divina, isolamento como meio de punição e superioridade e elitismo (Oakley e Humphrey 2019, pág. 31).

Segundo Perissé (2024), o abuso espiritual pode ser compreendido como uma forma de abuso psicológico, na medida em que atinge a dimensão mais profunda do ser humano, configurando-se, assim, o pior dos abusos, embora passe despercebido, uma vez que o abusador tem a capacidade de violar a afetividade e liberdade da pessoa, por meio da culpabilização, silenciamento, isolamento e controle.

Constata-se que o abuso espiritual parte de uma multiplicidade de conceitos e definições, entretanto no cerne da questão está o uso do poder perverso pelos líderes religiosos em benefício próprio. O mau uso do poder espiritual toca a dimensão religiosa do ser humano, sendo um tipo específico de abuso. Para Oakley e Humphrey (2019), o abuso espiritual distingue-se de outras formas de abuso porque a vítima tende a compreender que Deus está por trás, ou em concordância, com o comportamento prejudicial do líder religioso. Trata-se de um abuso perpetrado em nome e em virtude de uma autoridade espiritual, o que demanda uma definição específica, dada a complexidade das dinâmicas de poder implicadas e o impacto direto sobre a experiência de fé da pessoa.

Considerando que o abuso espiritual se configura como o mau uso do poder em nome da religião por parte dos líderes religiosos, questiona-se de que forma esse poder é instituído e legitimado no interior da Igreja Católica Apostólica Romana? Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2000), a igreja foi instituída pelo próprio Jesus, que concede aos seus clérigos autoridade e poder sagrado. Logo, os fiéis católicos são exortados a ouvirem a voz de Deus através da mediação eclesial e a confiarem nos ministros ordenados, superiores e líderes espirituais, tendo “o dever de observar as constituições e decretos emanados da autoridade legítima da igreja”. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, n. 2037)

Conforme Fernández (2022), na Igreja Católica Apostólica Romana, a própria institucionalidade da organização eclesial assegura a autoridade de seus líderes, mesmo quando estes não apresentam qualidades carismáticas. Ministros ordenados, superiores nomeados e leigos consagrados exercem uma autoridade reconhecida e legitimada pela Igreja, independentemente de suas aptidões pessoais. Desse modo, a estrutura institucional da Igreja é suficiente para conferir tal autoridade, tornando o abuso espiritual intrinsecamente vinculado ao poder espiritual institucionalizado pela própria organização religiosa. Assim, o fenômeno adquire uma dimensão essencialmente eclesial, e não meramente individual, uma vez que a confiança depositada em um líder espiritual decorre, primordialmente, do reconhecimento e da legitimação concedidos pela Igreja Católica Apostólica Romana, que o apresenta como uma figura dotada de credibilidade e autoridade.

Compreende-se que a autoridade eclesial, institucionalizada pela própria organização religiosa, pode propiciar o abuso espiritual. Mas como esse fenômeno se estabelece? Segundo Fernández (2022), o abuso espiritual pode originar-se tanto

de um indivíduo abusador inserido na estrutura hierárquica da Igreja, que utiliza sua autoridade espiritual em benefício próprio, quanto do próprio sistema abusivo presente em determinadas instituições religiosas e comunidades de vida consagrada. Nesse segundo caso, a estrutura organizacional e os ensinamentos veiculados revelam-se problemáticos, favorecendo práticas abusivas ainda que sem uma intenção explícita de abusar. Assim, quando estatutos e doutrinas são apresentados e considerados como verdade absoluta, pode caracterizar-se como um sistema estruturalmente abusivo.

Instituições religiosas e comunidades de vida consagrada com características abusivas, podem exercer dominação sobre o comportamento de seus membros, apresentando características de natureza totalitária, “onde o controle é exercido soberanamente de cima para baixo, com o objetivo de atender à própria instituição” (Goffman, 2007, pp. 18–24). Nesse contexto, a rigidez dos ensinamentos funciona como forma de dominação, restringindo a autonomia e a capacidade de escolha do indivíduo. Qualquer desvio em relação às normas estabelecidas pode ser considerado como pecado grave, gerando culpabilização.

Segundo Morrone (2022), aspectos que caracterizam esse sistema abusivo é a manipulação das consciências, obtida por meio da violação da intimidade da pessoa e do estabelecimento de relações de sujeição total, e a reorganização da vida individual e comunitária, para que tudo seja reconduzido e confiado a quem se reveste de autoridade. Esse sistema tem efeitos devastadores sobre a liberdade da pessoa, levando-a a confiar unicamente em uma pessoa.

Além da problemática dos sistemas abusivos presentes em determinadas instituições religiosas e comunidades de vida consagrada, Zago (2024) ressalta que alguns grupos pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana podem apresentar um funcionamento sectário, isto é, rígido e intolerante, fechado ao diálogo. Tais grupos revelam disfunções significativas em sua estrutura, reproduzindo dinâmicas semelhantes às de uma seita. A forma de atuação e organização caracteriza-se por fechamento institucional, autorreferência e controle, que se perpetua na totalidade do grupo. Dessa forma, a engrenagem institucional mostra-se corrompida e adoecida, comprometendo a qualidade das relações entre os participantes.

Estes grupos são considerados católicos e muitos deles contam com a aprovação oficial da Igreja. Podem constituir-se como ordens, movimentos,

comunidades, paróquias, institutos, associações ou congregações, estando vinculados a paróquias ou dioceses. Segundo Perissé (2024), em grupos com características sectárias, seus integrantes tendem a considerar-se superiores aos demais, acreditando terem sido especialmente escolhidos por Deus para vivenciar uma experiência singular, sagrada e inefável. Essa percepção de eleição divina é acompanhada pela convicção de estarem protegidos do “mundo exterior”, visto como imoral, indiferente à verdade, hostil, impuro e blasfemador. No interior desses grupos, o indivíduo sente-se acolhido e legitimado como alguém escolhido por Deus, o que reforça o sentimento de pertencimento e a adesão incondicional ao grupo. Outro aspecto característico é o proselitismo, expresso por uma constante pressão para a evangelização, o resgate de almas e o despertar de novas vocações.

Para Lassus (2024), um grupo católico pode deslizar para um funcionamento de tipo sectário devido às semelhanças existentes entre a vida de uma seita e a de uma comunidade religiosa considerada saudável, assim como há semelhanças entre uma ditadura e uma sociedade democrática. Em ambos os casos, observa-se uma vida comum organizada em torno de um superior respeitado, um ideal que se distingue do ambiente e, por isso, gera certo afastamento, bem como um ideal que atrai e mobiliza. Há também uma formação que busca atingir a totalidade da pessoa, associada ao desejo de radicalidade que leva à aceitação de certa rigidez de vida ou de formação, e à renúncia de aspectos do bem-estar em favor da disciplina do corpo para o bem do espírito. A isso, pode-se somar uma dimensão de pobreza, que se expressa na partilha de bens, reservas e recursos entre os membros.

## **2.2 Abuso Espiritual: o adoecimento mental e a precarização da vida como consequências**

Para compreensão das consequências e impactos na saúde mental causados pelo abuso espiritual, faz-se necessário definir como esse fenômeno acontece e quem são as vítimas. Para Wagner (2019), existem três formas de abuso espiritual: negligência, manipulação e violência. Por negligência entende-se a falta do suporte necessário, e legalmente previsto, do qual as pessoas precisam para um bom desenvolvimento espiritual e bem-estar abrangente. Esse aspecto apresenta-se como o não acompanhamento e formação adequada, bem como negação de cuidados médicos, segurança no trabalho e previdência para a velhice. A manipulação, forma de abuso mais disseminada, compreende-se por uma influência sugestiva exercida por meio da autoridade, usando como mecanismo “a

necessidade da obediência passiva e incondicional, implantada na alma da vítima” (Perissé, 2024, p. 53). A violência caracteriza-se pelo controle da consciência, onde a vítima segue as instruções da autoridade, sem questionar.

E as vítimas, quem são? Será que todos podem estar sujeitos a sofrerem abuso espiritual? Estes questionamentos levantam a questão da vulnerabilidade humana. Segundo o Papa Francisco (2019), define-se a vulnerabilidade humana como o estado no qual a pessoa se encontra quando em enfermidade física ou mental, ou ainda em privação da liberdade pessoal que a limite na capacidade de entender ou resistir à ofensa.

Conceitos como vulnerabilidade antropológica e situacional, são considerados por Orphanopoulos (2022), sendo a primeira uma característica comum a todos os seres humanos, capacitando-os à exposição e à abertura aos outros, promovendo cooperação e solidariedade, condições necessárias para o desenvolvimento autêntico da vida humana, e a segunda, onde cada indivíduo está posicionado de maneira diferente na vida.

A compreensão sobre a vulnerabilidade humana é necessária para entender que qualquer pessoa pode ser vítima de abuso espiritual, e que as vítimas não pertencem a um grupo de indivíduos mais frágeis ou emocionalmente vulneráveis, enquanto os demais estariam imunes. Para Cernuzio (2023), não se trata de casos isolados em que as vítimas seriam pessoas frágeis, deprimidas ou demasiado fracas e “loucas” para reagir, mas, antes, de situações nas quais se evidencia a presença de um sistema doentio, sustentado por uma estrutura de poder.

O abuso espiritual pode ocorrer em razão da própria abertura humana ao outro, e não por qualquer tipo de deficiência ou fragilidade inerente à vítima. Essa perspectiva, portanto, rejeita a concepção equivocada de que determinadas características pessoais seriam responsáveis por tornar alguém mais suscetível ao abuso. Segundo Fernández (2022, p. 6), “este princípio pode promover a culpabilização da vítima e a autculpa”, deslocando indevidamente a responsabilidade do agressor para a pessoa afetada.

Sobre a vulnerabilidade humana e possibilidade de sofrer abuso espiritual:

Todos nós podemos ser vítimas perfeitas, no sentido de perfeitamente manipuláveis. O abusador manipula nossa inteligência, nossa vontade, nossa sensibilidade, e, no limite, poderá nos exigir um ato de sacrifício total,

fazendo-nos crer que determinado comportamento autodestrutivo nos elevará ao mais alto dos céus (Perissé, 2024, pág. 37).

As pessoas que sofrem abuso espiritual frequentemente ficam profundamente marcadas, muitas vezes por toda a vida. Segundo Lassus (2024), algumas chegam a apresentar ideação ou tentativas de suicídio, enquanto outras perdem completamente a fé e enfrentam dificuldades em perdoar tanto os superiores que as prejudicaram quanto a própria Igreja Católica, que, em certos casos, permitiu a persistência desses desvios, os encobriu ou demonstrou hesitação em puni-los. As vítimas podem tornar-se incapazes de elaborar um pensamento próprio, e o sofrimento psíquico manifesta-se no corpo por meio de insônia, dores nas costas e outras doenças de natureza psicossomática. Além disso, podem surgir comportamentos autodestrutivos, como autoflagelação e automutilação, bem como descuido com a higiene pessoal e acentuadas alterações de humor.

Recomeçar a vida torna-se, muitas vezes, um desafio significativo para as vítimas de abuso espiritual que, não raro, experimentam a sensação de terem sido abandonadas por Deus. Segundo Perissé (2024), a imagem de Deus apresenta-se profundamente distorcida, sendo percebida como a de um ser imprevisível, suscetível a magoar-se e a afastar-se diante de um simples mau pensamento. A essa representação deformada associa-se a presença constante da “sombra do demônio”, concebida como uma força sempre à espreita, vigilante às menores fragilidades humanas.

De acordo com Woditsch (2024), indivíduos que sofreram abuso espiritual podem apresentar transtornos relacionados ao trauma e à ansiedade, além de depressão, retraimento social, isolamento, consumo de substâncias e prejuízos significativos nas relações interpessoais e no desempenho social. Essas pessoas frequentemente perdem a capacidade de influenciar a própria vida e de tomar decisões de forma autônoma, sentindo-se impotentes e à mercê das circunstâncias, como se não detivessem qualquer poder de ação sobre si mesmas. Como consequência, podem desenvolver uma profunda perturbação da autoimagem, marcada por sentimentos de impotência e baixa autoestima e, em muitos casos, por processos de dissociação que comprometem a percepção e a continuidade da própria identidade.

Segundo Zago (2024), vítimas de abuso espiritual podem manifestar sintomas característicos do transtorno de estresse pós-traumático, como pesadelos, flashbacks, ansiedade e memórias vívidas do ocorrido. Com frequência, evitam falar sobre o acontecimento, demonstram agitação e apresentam alterações significativas de humor. Além disso, podem desenvolver trauma religioso, marcado por gatilhos associados a estados emocionais negativos, pensamentos intrusivos, dificuldades de convivência social e confusão mental. Em casos mais graves, observam-se crises de pânico e episódios de ideação suicida.

As consequências do abuso espiritual não se restringem ao âmbito da saúde mental, estendendo-se também a outras dimensões da vida das vítimas. Rabolini (2020), descreve a experiência de um deserto afetivo, relacional e profissional vivida por aquelas que, movidas por entusiasmo e fé, abandonaram tudo para seguir a Deus em uma instituição religiosa e, posteriormente, encontram-se sozinhas, desamparadas e desesperadas.

É comum que as vítimas de abuso espiritual enfrentem prejuízos financeiros relacionados à aposentadoria, uma vez que muitas instituições religiosas não realizam contribuições para os programas previdenciários de seus membros. Assim, ao se desligarem dessas instituições, as vítimas frequentemente se deparam com um hiato em seu planejamento financeiro e previdenciário, o que agrava sua vulnerabilidade socioeconômica.

As vítimas de abuso espiritual também enfrentam dificuldades significativas para reinserir-se no mercado de trabalho, uma vez que muitas passam longos períodos dedicadas integralmente à instituição, permanecendo estagnadas em seu desenvolvimento profissional. Ao se desligarem, frequentemente percebem-se atrasadas ou desqualificadas, sendo necessário um esforço substancial para garantir os meios básicos de subsistência. Além disso, muitas se veem privadas de moradia ou emprego e, em alguns casos, tornam-se alvo de julgamentos precipitados e desprovidos de empatia dentro do próprio contexto eclesial. Conforme observa Cernuzio (2023), tais circunstâncias aprofundam o vazio relacional e intensificam o sentimento de isolamento vivido por essas pessoas. Elas fizeram escolhas corajosas e pagaram um preço elevado, permanecendo, muitas vezes, abandonadas a si mesmas, enquanto os responsáveis pelo abuso seguem ocupando seus cargos e usufruindo dos privilégios de sempre. Reconstruir-se exige, portanto, força, coragem e resiliência.

### **2.3 Abuso Espiritual: possibilidade de mudança e prevenção**

A possibilidade de mudança e prevenção do abuso espiritual constitui um tema complexo, uma vez que tal abuso, no contexto da Igreja Católica, possui uma dimensão eclesial e não se restringe a uma relação entre dois indivíduos. Conforme Fernández (2022, p. 6), “existe uma responsabilidade eclesial por parte da Igreja para com as vítimas”. No geral, as instituições não oferecem apoio psicológico e financeiro ou profissional para essas pessoas.

Desassociar-se de uma instituição ou comunidade religiosa é, em geral, um processo desafiador, e a pessoa pode levar um longo período para se reconstruir em diferentes dimensões da vida. Conforme Cernuzio (2023), é legítimo questionar de que maneira as instituições religiosas atuam concretamente em relação às pessoas que se desligam, muitas delas profundamente feridas. A saída da instituição costuma ser marcada por forte carga traumática e requer acompanhamento especializado. Torna-se, portanto, fundamental promover a restauração da trajetória existencial dessas vítimas por meio de suporte psicológico, social e econômico, de modo a possibilitar-lhes a reconstrução de suas vidas com dignidade e segurança.

Considerando que o abuso espiritual possui uma dimensão eclesial sustentada por elementos institucionais específicos, cabe à própria Igreja Católica Apostólica Romana comprometer-se com a prevenção desse tipo de abuso e com o acolhimento efetivo das vítimas. Segundo o Papa Francisco (2018), é imperativo que a Igreja reconheça e condene, com dor e vergonha, as atrocidades cometidas por pessoas consagradas, clérigos e por todos aqueles que tinham a missão de assistir e cuidar dos mais vulneráveis. Essa postura de solidariedade exige a denúncia de tudo aquilo que possa comprometer a integridade de qualquer pessoa, implicando uma luta contínua contra todas as formas de corrupção, especialmente a corrupção espiritual.

De forma prática, Lassus (2024) propõe a implementação de uma vigilância eclesial, exercida principalmente por meio de visitas canônicas às diversas instituições e comunidades religiosas, nas quais todos os membros devem ser ouvidos. Dessa maneira, a Igreja poderá conhecer a realidade dessas instituições de forma mais completa, e não apenas como elas desejam se apresentar frequentemente de maneira positiva, radiante, jovem, dinâmica e exigente de santidade.

De acordo com Cernuzio (2023), é indispensável que a prevenção do abuso espiritual, em suas múltiplas formas, e o acompanhamento das vítimas sejam incorporados de maneira explícita ao percurso formativo das instituições religiosas. Discutir o problema constitui um passo inicial para o enfrentamento e a conscientização do fenômeno, exigindo um clima de atenção, acolhimento, escuta e profissionais preparados para essa tarefa complexa. As instituições devem implementar medidas educativas que protejam as vítimas e assegurem a responsabilização dos abusadores. Novas políticas de segurança e programas de capacitação dos membros são fundamentais para prevenir o abuso espiritual. Além disso, é essencial que sejam oferecidos apoio e recursos às vítimas, auxiliando-as na superação das consequências de seus traumas. O abuso espiritual deve ser compreendido como uma questão psicossocial, não se trata de uma doença individual, mas de um problema coletivo, um fenômeno socioantropológico que reflete práticas institucionais relacionadas ao poder, prestígio, prazer e aplicação das normas dentro das organizações religiosas.

No âmbito pessoal, algumas medidas podem ser adotadas para prevenir situações de abuso espiritual e reduzir o risco de se tornar vítima. Para Perissé (2024), o autoconhecimento, a autocrítica e a autovalorização são essenciais para a proteção individual. O autor também chama atenção para o vício religioso, caracterizado pela busca exagerada de engajamento nas atividades e compromissos da igreja a ponto de negligenciar a própria vida pessoal. Além disso, alerta para o fascínio pelo dolorismo religioso, uma forma de culto ao sofrimento em que tudo é aceito em nome de Deus e para a própria santificação, prática que deve ser evitada.

Segundo Platovnjak (2024), é importante desconfiar de promessas fáceis de cura ou de alívio da angústia. No entanto, a vítima jamais deve ser culpabilizada, pois confiou em líderes espirituais e carismáticos legitimados pela própria Igreja, que são os verdadeiros responsáveis pelos abusos espirituais.

Como prioridade no processo de mudança e prevenção, destaca-se a escuta das vítimas. Segundo Cernuzio (2023), oferecer-lhes a oportunidade de serem ouvidas constitui uma urgência inadiável. É necessário fazer ecoar os gritos e sofrimentos, frequentemente silenciados, de religiosos e consagrados que ingressaram em instituições para seguir a Deus e que, contudo, se viram envolvidos em situações dolorosas que os levaram a abandonar a vida consagrada. Essas pessoas precisam ser devidamente ouvidas, respeitadas, reconhecidas e

acompanhadas. Torna-se fundamental validar a coragem daqueles que romperam o silêncio, permitindo que suas vozes auxiliem outros que ainda não possuem forças para falar. Trata-se de vozes que expressam a dor e o sofrimento de pessoas profundamente feridas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se compreender de que modo as instituições pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana podem favorecer o adoecimento mental de seus membros por meio do abuso espiritual, entendido como o uso indevido da posição e da autoridade eclesial para dominar e manipular outra pessoa, empregando a fé e a religião como instrumentos de exercício de poder prejudicial. De acordo com Zivi e

Poujol (2006), trata-se de uma injustiça resultante do mau uso que determinados clérigos fazem dos direitos e poderes inerentes às suas funções, configurando uma forma de violação cometida em nome de Deus e de Cristo, que fere o crente no mais profundo de sua alma.

O abuso espiritual está intrinsecamente ligado ao poder espiritual instituído e sustentado pela própria Igreja Católica Apostólica Romana, possuindo, portanto, uma dimensão essencialmente eclesial, que se manifesta por meio de estruturas, práticas e ensinamentos de caráter abusivo. O apoio institucional confere autoridade espiritual aos líderes reconhecidos como representantes de Deus, o que implica uma responsabilidade eclesiástica, na medida em que a Igreja legitima tais sistemas e investe seus clérigos de poder. A confiança depositada nas lideranças espirituais decorre do reconhecimento e da validação concedidos pela própria instituição religiosa. Nesse sentido, as pessoas vítimas de abuso espiritual não o foram por fragilidade, depressão ou instabilidade emocional, mas porque confiaram e se abriram às autoridades e instituições reconhecidas e legitimadas pela Igreja.

Todos podem ser vítimas de abuso espiritual, uma vez que todos possuem vulnerabilidade antropológica, isto é, a capacidade de exposição e abertura ao outro. Assim, a vulnerabilidade é uma condição inerente à existência humana. As pessoas que sofrem abuso espiritual ficam profundamente marcadas, muitas vezes por toda a vida. A saúde mental, relacional e profissional tende a ser gravemente comprometida, configurando um verdadeiro deserto afetivo vivido pela vítima. A reflexão sobre possíveis mudanças e medidas de prevenção revela-se complexa, especialmente porque o abuso espiritual, no contexto da doutrina católica, possui

uma dimensão essencialmente eclesial. Diante disso, é legítimo questionar de que maneira as instituições pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana atuam concretamente em relação às pessoas que se desligaram, muitas delas gravemente feridas. Em geral, essas instituições não oferecem suporte psicológico nem financeiro às vítimas.

O abuso espiritual configura-se como uma forma de violência presente em diversas instituições pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana, como comunidades religiosas e de vida consagrada. Por sua natureza sutil, muitas vezes esse tipo de abuso passa despercebido ou é interpretado equivocadamente como expressão da vontade de Deus para a santificação pessoal. Com frequência, prevalece o silêncio das vítimas, que necessitam de tempo para compreender e nomear as experiências vividas. Segundo Cernuzio (2023), é preciso reconhecer a coragem daqueles que romperam o silêncio, fazendo-se ouvir para ajudar quem ainda não encontrou força para falar. São vozes e sofrimentos de pessoas profundamente feridas. O processo de reconstrução exige imensa força e coragem: desligar-se de um sistema abusivo é desafiador, mas ainda mais difícil é libertar-se interiormente e reencontrar-se, diante da despersonalização e da perda de identidade provocadas pelo abuso espiritual

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTENKEMPER, Stephanie. **Toxische Gemeinschaften. Geistlichen und emotionalen Missbrauch erkennen, verhindern und heilen.** Freiburg: Herder, 2023.

BLUE, Ken. **Abuso espiritual: como libertar-se de experiências negativas com a Igreja.** Trad.: Sérgio R. Stancato de Souza. São Paulo: ABU, 2000.

**CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA.** Edição típica Latina. São Paulo: Loyola, 2000.

CERNUZIO, Salvatore. **O véu do silêncio: abusos, violências, frustrações na vida religiosa feminina.** 1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2023.

FERNÁNDEZ, Samuel. Victims Are Not Guilty! Spiritual Abuse and Ecclesiastical. Centro CUIDA, Faculty of Theology, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago 7820436, Chile. *Religions.* 2022, 13(5), 427. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rel13050427>. Acesso em: 24 de agosto de 2025.

FRANCISCO. **Carta do Papa Francisco ao Cardeal Marc Ouellet, presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina.** Cidade do Vaticano, 19 de março de 2016.

FRANCISCO. **Carta do Papa Francisco ao Povo de Deus**. Cidade do Vaticano, 20 de agosto de 2018.

FRANCISCO. **Carta Apostólica: Vos Estis Lux Mundi**. Cidade do Vaticano, 9 de maio de 2019.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

JOHNSON, David; VAN VONDEREN, Jeff. **The subtle power of spiritual abuse**. Bloomington: Bethany House, 1991.

LASSUS, Dysmas. **Um amor ferido: abusos na vida consagrada e caminhos para a cura**. São Paulo: Editora: Mensageiros, 2024.

LINN, Mathew; LINN, Sheila Fabricant; LINN, Dennis. **Healing spiritual abuse e religious addiction**. New York: Paulist, 1994.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 1, n. 3, p. 621-626, mar. 2012.

MORRONE, Domencio. **O sistema abusivo na igreja: consciência, poder e sexo**. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo/RS, 15 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/621970-o-sistema-abusivo-na-igreja-consciencia-poder-e-sexo-artigo-de-domenico-marrone>. Acesso em: 07 de setembro de 2025.

MURILLO, José Andrés. Abuso Sexual, De Conciencia Y De Poder: Hacia Una Nueva definición. **Estudios Eclesiásticos. Revista de investigación e información teológica y canónica** 95, no. 373. 2020. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/estudioseclesiasticos/article/view/12180>. Acesso em: 06 de setembro de 2025.

OAKLEY, Lisa; HUMPHREYS, Justin. **Escapando del laberinto del abuso espiritual. Cómo crear culturas cristianas sanas**. London: SPCK, 2019.

OGASSAVARA, Dante. et al. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Revista Ensino e Pesquisa**, União da Vitória, v. 21, n. 3, p. 8-21, ago./dez., 2023. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/7646>. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

ORPHANOPOULOS, Carolina Montero. **Vulnerabilidad. Hacia una ética más humana**. Madrid: Dykinson, 2022.

PERISSÉ, G. **Abuso Espiritual: A manipulação invisível**. 1. ed. São Paulo/SP: Paulus, 2024.

PLATOVNJAK, Ivan. Human Vulnerability, Spiritual Abuse, and Its Prevention. **Obnovljeni Život : časopis za filozofiju i religijske znanosti**, 79. (2.), 199-212. 2024. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/315885>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

RABOLINI, Luisa. **Abuso de autoridade na igreja. Problemas e desafios da vida religiosa feminina.** Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo/RS, 03 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601454-abuso-de-autoridade-na-igreja-problemas-e-desafios-da-vida-religiosa-feminina>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

SILVA, Miclele. et al. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, dez., 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/45>. Acesso em: 25 de outubro de 2025.

SILVEIRA, Cássio Rodrigo. **Desvendando o clericalismo: a relação entre poder secular e a visão de uma igreja acolhedora no pensamento do Papa Francisco.** TCC (Graduação) - Curso de Teologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7759>. Acesso em: 18 de outubro de 2025.

WAGNER, Doris. **Spiritueller Missbrauch in der Katholischen Kirche.** Freiburg: Herder, 2019.

WODITSCH, Josefa. O abuso espiritual como uma forma específica de abuso emocional: Uma delimitação conceitual para a sensibilização da violência psicológica na igreja. **Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral.** Curitiba: Editora PUCPRESS, v.16, n. 02, p. 372-388, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/31452>. Acesso em: 31 de agosto de 2025.

ZAGO, Rayhanne. **A corrupção do bem Quando um grupo católico funciona como uma seita.** 2024. *E-book*. Disponível em: [https://ler.amazon.com.br/?asin=B0CTCV9RSG&ref\\_=kwl\\_kr\\_iv\\_rec\\_1](https://ler.amazon.com.br/?asin=B0CTCV9RSG&ref_=kwl_kr_iv_rec_1). Acesso em: 07 de setembro de 2025.

ZIVI, Pascal; POUJOL, Jacques. **Les abus spirituels: identifier, accompagner.** Paris: Empreinte Temps Présent, 2006.